

M. EMÍLIA PEREIRA

memilia@ilch.uminho.pt

UNIVERSIDADE DO MINHO (PORTUGAL)

CRÓNICA RADIOFÓNICA: AUTORIA E ORDEM DISCURSIVA

RESUMO

“Sinais” de Fernando Alves é uma crónica regular diária brevíssima. Constitui o corpus radiofónico de cerca de um mês de emissões em que se pretende a caracterização linguística do género discursivo. Logo, começam por levantar-se constrições institucionais de como um dado tema - atual, efémero, mas também: emergente, ou indiciador - se prefigura. Acresce aos traços genéricos a questão autoral que passa em prosódia pessoal. Tal dimensão elocucionária tem especial importância pelo meio impossibilitar a recuperação do antes dito - salvo na Internet, de que há crescentes consumidores e onde as fontes foram recuperadas-, donde o investimento da voz e contorno próprios e reconhecíveis no panorama mediático específico. Adita-se a aspetos elocucionários, prosódicos acústicos, a prosódia de tipo semântico, que aproxima à literatura, que visa deixar marca, retendo a atenção e encontrando espaço intersubjetivo na memória social.

PALAVRAS-CHAVE

Ordem discursiva; prosódia; prosódia semântica; *agenda setting*

O modo como as crónicas de Fernando Alves podem ser analisadas por um académico das ciências humanas e sociais tem, porventura, uma dispersão tão significativa quanto a do seu auditório visado, que é potencialmente a comunidade de falantes e ouvintes em portugueses.

Com alguns cientistas sociais gostaria de partilhar a ideia de que um dado perfil de investigador condiciona a análise, conquanto ela seja baseada em medidas, ou metodologias, aceites nos círculos em que se movimenta. Se muito precocemente na apresentação da minha comunicação

o ponho assim manifesto é porque venho advogar, com base no objeto selecionado e no fórum escolhido, uma vinculação adicional para além da que a epistemologia da disciplina latamente considerada, Pragmática ou Análise do Discurso (AD), o contempla desde há 50 ou 70 anos.

A rutura disciplinar em que me inscrevo é, portanto, mais recente. Não é tanto feita de corpos académicos cujo nome é o de disciplinas (História, Filosofia, Linguística), mas a de objetos que são perspetivados a partir de campos específicos que, por um lado, condicionam o discurso produzido (ainda) disciplinarmente¹, por outro, facultam uma consciência mais aguda do posicionamento que o investigador quer reclamar como seu.

A este propósito a metáfora de segurança para a abordagem intercultural é interessante: ilimitada quanto o seja para múltiplos intérpretes, inseríveis, ou pulverizados em posições interpretativas mais ou menos diferenciáveis, em tempos de exposição mais breves ou demorados, em intensidades também variáveis, diz-nos que quanto mais seguros da sua própria cultura, mais recetivos estaremos a outras.

É a língua, ou escolha lexical, o que começa por demonstrá-lo, o que se torna evidente se se perspetiva a metáfora de base que venho de propor inserida em novas, mais extensas e semanticamente diferentes, sequências linguísticas, como “*deriva securitária*”² o exemplificaria, por recorte significativo diametralmente oposto ao da teorização intercultural citada.

É, ainda, a língua o que permite consciencializá-lo de modo mais seccionável, ou estanque, o que tem duas consequências que vêm discernidas nos dois pontos seguidamente alinhados que atendem à natureza substitutiva da linguagem relativamente ao real, ou à sua natureza representativa e ao seu carácter socialmente conotado, ou motivado, quando é contemplado o uso social do código linguístico.

O paradigma cognitivista de linguagem diz que há valores atribuídos a itens (mesmo vazios, como preposições, por ex.) que são relativos a experiências do corpo. Estes são verificados em várias línguas e culturas, sendo, portanto, universais. De algum modo, é o corpo o que determina a

¹ Cumpre indicar como assim o trabalho se inscreveria na Semântica, plano do significado linguístico. Contudo, a disciplina veio a abranger o texto de tal forma que Maingueneau (2005) propõe uma Semântica global. Assim, o que fica inequívoco é que também no seio das disciplinas tradicionais linguísticas há uma pulverização de perspetivas, metodologias e autores, no que apenas ganha relevância adicional a indicação destes.

² A expressão não pode estar dissociada da configuração acional de crítica de tal maneira que apontar a característica equivale a acusar um qualquer estado, por exemplo, de se preocupar com a segurança, o que vai a par de uma criminalização ou judicialização de situações, tidas por irregulares. A implicação é a de que há outros valores que contextualmente estariam disponíveis para ponderação como acolhimento de refugiados ou livre circulação de pretendentes a um dado espaço.

forma linguística de tal modo que lhe serve de base referencial para a metaforização. Assim é que a valorização cerebral e intelectual vs demais orgânica produz a aceção de head como chefia, por exemplo ao nível do léxico inglês³. Correlativamente, há instintos venais ou viscerais, o que toma uma referência menos elevada, muito literalmente, de tal forma que é depreciado, tido por ser da ordem do instinto.

Interculturalmente é possível apontar como o Ocidente recoloca as escolhas intelectuais de modo diferente do que, por ex., a Sinologia o faz (Yu, 2009, p. 120).

As línguas metaforizam as experiências sensíveis, cuja base humana coincide com o corpo, o que faz descrever universais semânticos. Tomar-se-ão, portanto, diferentes línguas – desejavelmente distantes no espaço ou culturalmente tidas por alternativas, quando não antagônicas – para documentá-lo. O percurso, epistemologicamente vindo e atestado a partir da Psicologia na teorização que elabora acerca da língua, leva a que os modos de falar sejam reenviados a esquemas conceptuais gerais, de pensamento, ou cognitivos. É assim que, por um lado, itens linguísticos estão por conceitos de base sensorial e, por outro lado, o que quer que esteja codificado linguisticamente evidencia processos cognitivos muito gerais, como os que são ditos da ordem da metáfora e metonímia. Então, qualquer comparação entre línguas tenderá a visibilizar particularismos, ou idiomatismos, correlativamente, qualquer língua far-se-á descrever nocionalmente, a partir da codificação específica localizada de grandes, ou genéricos, esquemas de pensamento.

Há consequências da teoria acima exposta para a abordagem ao que se escolha recortar como objeto de pesquisa. Este passo não faz mais do que rever autores consagrados e de interseção de cognitivismo e Análise (Crítica) do Discurso (abreviada ainda em AD), dos quais cito Paul Chilton:

Na medida em que a linguagem é produzida e interpretada no cérebro, intersecciona a sua descrição com outras capacidades cognitivas (bem como sistemas motores). Muito particularmente, se o uso linguístico (discurso) está ligado, como os defensores da ACD [Análise Crítica do Discurso] declaram, à *construção* do conhecimento acerca de objetos sociais, identidades, processos, etc., então, essa construção apenas pode ter lugar na mente de indivíduos, que interagem.

³ Ao nível textual, “first things first” é igualmente a expressão que torna icónico o desenvolvimento de texto e a ordenação relativa de argumentos, ou proposições.

Chilton (2005, p. 23) permite a articulação necessária entre conteúdos cognitivos e linguagem, a sua expressão. Assim, na medida em que uma seleção de textos seja produzida, a sua materialidade significativa tem uma relação dúplice com o que referencia. Textos com circulação real que tenham sido produzidos pelos atores sociais que se perfilam no espaço público, função do interesse em fazerem sublinhar as suas ideias, têm, por um lado, palavras que inequivocamente fazem ler as posições reclamadas, por outro, conterão elementos (linguísticos, mas também prosódicos, por exemplo) que exigem outro esforço interpretativo.

O objeto selecionado para a comunicação destaca prosódia e prosódia semântica, i.e., entoação, dependente do contexto⁴, trabalhada e competentemente investida bem assim como ambiguidade de sentidos construídos pelo léxico, usado de tal forma que ideias são sugeridas, com recurso, por exemplo e no limite, ao paradoxo. O recurso entonacional é físico, mas percebido como acrescentando “camadas extra de significado interpessoal” (Cheng & Lam, 2012, p. 271); o estilístico, dito prosódico semântico, é alusivo. Portanto, enquanto recurso de implícito, pede um cálculo interpretativo pragmático.

Havendo, logo, uma relação mais investida ao nível de como palavras e realidade se apresentam, resta clarificar com a teoria semântica, em primeiro lugar, e, com a adequação pragmática, como ela se estabelece. Palavras de textos específicos começam por ser significantes de aceções consensualmente depreensíveis em determinada comunidade de falantes. Tais significados partilhados têm conotações, dimensões significativas ainda, de tal modo que não é neutro, antes axiologicamente equacionável, se um texto fala de “apadrinhamento” ou “adoção” e se constrói sequências minimamente mais extensas como as expressões “apadrinhamento civil” ou “adoção singular”.

As inserções de palavras em unidades mais extensas, como as expressões, tanto podem estar determinadas pela língua que se vai construindo quanto podem ser índices da conotação atrás referida. Por um lado, nem todas as palavras são livres de coocorrerem e precisamente a natureza

⁴ A entoação da fala, ou discurso, é finalística, mesmo quando não espontânea. Aqui ela é percebida a partir de um radialista experiente. A noção de fala ou discurso acarreta que o recurso formal prosódico é perspetivado como orientado a objetivos pragmáticos ilocucionários: “A entoação discursiva baseia-se na perspetiva de que a fala espontânea é finalística e não orientada à frase. É controlada pelo locutor, interacional, cooperativa, ligada ao contexto e permeável à sua mudança” (Cheng & Lam, 2012). Logo, a unidade de limite entonacional não é a frase, DI [discourse intonation] moves beyond the context of the single sentence. A descrição e estudo de entoação no uso real disjunge este recurso funcional da forma: “Na interação discursiva finalística, a entoação e a sintaxe são consideradas como áreas separadas da escolha do falante e não há uma relação estável entre unidade tonal e oração”.

dinâmica das línguas (socio)históricas deixa testemunhos de como novas unidades combinadas podem conter os axiologemas apontados. O leque de variação pode ir de colocação linguística ou idiomáticamente necessária (como contrastivamente o exemplificam “animador de rádio” e “radio host”, no tema desta conferência) a mecanismos textuais-discursivos em que a relação conteúdo/forma linguística fique visível, como no caso do eufemismo. Assim, se num português não muito geracionalmente distante a expressão “filho natural” teve uma referência em oposição a “legítimo”, seria impensável ver hoje o contraponto das expressões empregadas no espaço público. I. e., a expressão é desusada. De modo idêntico, o uso atual de “perfilhar” tenderá a ser mais metafórico que literal, independentemente de uma aceção jurídica, em que ainda possa ser figura legal.

A ponto, portanto, para que no exercício discursivo público, as palavras não são anódinas, são avaliativas (os axiologemas, antes afirmados como unidade de análise) e indiciadoras de posições. Para tal, importa atender a que a realidade vai tendo cambiantes que num dado momento se tornam visíveis e vocais.

A evolução da sociedade, querendo continuar a referir novas formas de sociabilidade que são evidentes (que existem, desde logo, que são constatáveis, que estão aí), torna algumas palavras expressões impossíveis de reatualizar. Instanciar, via discurso, itens lexicais torna-se, assim, tão imprecendente quanto conotado. Se a palavra estava associada a determinada representação (acima dita socio-histórica), então, o seu uso tenderá a estar igualmente circunscrito ao momento histórico em que ideologicamente se entendia determinada realidade veiculada por determinado léxico. Perpetuar um emprego lexical temporalmente marcado é tão ideológico, sectário e agónico quanto reclamar que essa realidade está inalterada ou pretender que novas realidades não sejam contempladas na livre e desassomburada expressão referencial que se lhes possa querer reclamar. A expressão correlativa da mesma ideia ainda agora formulada é a de que escolher ater-se a palavras que tiveram o seu tempo e transmitiram realidades, que iniludivelmente foram discriminatórias, ou estigmatizantes, é intransigente com assuntos que outros podem entender por candentes.

De tal forma que julgar abordar léxico, como unidade de variação interpessoal e de fações dos discursos sociais actuautes, salientando o que não pode deixar de ser tido num determinado tempo por anacrónico, passa necessariamente por vincar como um tal discurso pode pretender silenciar, negar a discussão, debate ou compromisso. Fazê-lo publicamente, como instanciação de um discurso assim tido por sectário, ou socialmente

conotado, equivale a identificar que tais agentes se arrogam o direito de enunciar uma posição que, de histórica e temporalmente marcada, apenas luta por se fazer ouvir, por negar espaço vocal ao seu contrário, o que querendo afirmar-se apenas patenteia a fragilidade, o desuso, a perda simbólica.

Se as subjetividades enunciativas não se fazem sem o reenvio às tomadas de posição acima descritas, fica também vincado que elas têm o aspeto social, comum, ou identitário coletivo de serem partilhadas num determinado tempo e espaço. A subjetividade linguística é, portanto, a apropriação de determinado discurso, como fundo disponível para que seja pensado topicamente (ou seja, num dado “aqui”). Assim, em determinado espaço social vão-se revelando determinantes, ou condicionantes, do que venha a ser verbalizado, cujo conteúdo também ele é ainda função de quem o diz. O código (linguístico e representacional) é exterior ao indivíduo, é apropriado por este. Depende, em maior ou menor medida, ainda igualmente, de quem o assume.

Em Linguística Crítica a noção nuclear de *naturalização* é abundantemente exemplificada por lexemas de uma dada língua no uso real que os sujeitos deles fazem. Assim, se o conceito traduz como representações podem ser obscurecidas no seu alcance social, designadamente no facto de serem uma construção, uma ação, resultante, portanto, da intencionalidade e conformação de determinado grupo, se o próprio da vida social é a atribuição de sentido a práticas, que estão codificadas, então, os itens da língua, dentre os que se salientam lexemas, em que são referidas importa. Onde, a naturalização de práticas sociais tem na língua um recurso decisivo. Correlativamente, a desnaturalização das práticas discursivas (Pedro, 1996, p. 24) tem na resistência dos sujeitos sociais uma primeira instância, de que semioticistas sociais também se fazem eco.

Para a compreensão do princípio antes exposto é, ainda, indeclinável a conceção de língua como diassistema, i.e., há uma variação interna aos sujeitos e momentos de atualização de linguagem, em contexto sempre comunicacional, de tal forma que o que se diz, mais ou menos instantânea ou espontaneamente, é de natureza indicial. Remete para, donde, reciprocamente pede explicação a, acertos constantes a imagens dos(s) interlocutor(es) e demais parâmetros do uso comunicacional da linguagem: circunstâncias, papéis e estatutos, quer assumidos quer supostos; decurso da interação, com as condicionantes psicológicas inerentes.

Um exemplo da naturalização discursiva de natureza sexista está em que momentos de crise económica fazem reemergir um tópico como o de

o trabalho feminino coincidir com cuidados a crianças e idosos, quando a sua eventual constatação deixasse de justificar aceções como “jornada dupla” ou “trabalho não remunerado”. Assim, as relações sociais são especialmente visíveis quanto a eventuais ideologias que estrategicamente naturalizam o que é de âmbito histórico e, no caso da paridade, recente. Que o ideário dos sujeitos que intervêm no espaço público na conformação da vida em sociedade de sujeitos diversos, do que fica registo, desde logo, ao nível demográfico, move os seus discursos e o que vêm propor, ficou testemunho recente no panorama português na expressão de que algumas famílias teriam defraudado expectativas de extensão de prole, particularmente as que mais recursos teriam para o fazer. De facto, a exclamação do Presidente da República naturalizou direito à procriação e rendimento, o que é ultrajante sob vários prismas, dentre as franjas do que estão representados aos quais a República restringe a parentalidade.

O lapso entre relações sociais e o seu enquadramento legiferante, que é um devir social e histórico, é, portanto, uma esfera interessante de verificação de naturalizações discursivas.

É assim que a escolha do objeto da crónica radiofónica, coincidente com o nome estabelecido no panorama mediático português tem a importância de dar corpo a uma instância particular, de que destacarei os temas das relações entre lei e família e entre representação política pública e discurso, fundamentalmente com vista a estabelecer o carácter profissional de vigilância do discurso público, no que as diferentes instâncias vêm a interferir com relações sociais efetivas. Tal vigilância exerce-se via discurso, mais especificamente, o comentário crítico à atuação social de sujeitos que se vão investindo de funções que a todos vão afetando procede, muito frequentemente, pela interrogação perante a linguagem empregue. Onde, amiúde, são mencionadas palavras alheias, perscrutadas as ações coevas, o todo sendo, assim gradativamente, questionado.

Fernando Alves tem dois minutos diários de expressão pessoal de uma posição inequívoca perante o seu auditório de tal modo que após uma recolha determinada por um qualquer intervalo de tempo, deliberadamente alheia, por exemplo, a qualquer acontecimento extrínseco, ou temático, é possível retirar linhas de força ideológica, como se antes nunca tivéssemos sido ouvintes deste radialista.

A seleção feita correspondeu a crónicas disponíveis no *site* da TSF, de 11 de novembro a 11 de dezembro de 2014. Visava rastrear, por amostra dos conteúdos versados, linhas avaliativas da realidade noticiada e meios prosódicos próprios ao sujeito. Assim se pretendeu o mapa da *subjetividade*,

na sua determinação discursiva, social, na *formação* evidenciada – em aceção específica – bem como, na polissemia do termo comum, o que aquele sujeito, como pessoa que tem longa experiência no espaço público da rádio, dá de mais eficazmente interiorizado ao nível do meio elocucionário, a voz e suas inflexões, que usa com vista a construir sentido(s).

A lição ao Collège de France de Michel Foucault explicita como está em causa ir fazendo uso de “proprietés singulières” e “rôles convenus” na formação discursiva de que nos investimos, a todo o momento. O objeto selecionado permite verificar um uso proficiente de um meio elocucionário – prosódia – e apontar como se investe na forma breve e fugaz de conteúdos densos. Logo, que prosódia semântica opera por via do débito verbal. A seleção ainda é questão de discursos de poder no advento mediático. R. Chartier em *Foucault aujourd'hui* explicita como o programa de levantamento das determinações institucionais do discurso tinha em 2006, como ficou publicado, o imperativo de versar discursos orais. Comentando intelectuais na TV, como Foucault o foi, detém-se, sob o título “Retour à l'archive” a advogar o propósito de “de aplicar, ao menos em parte, o programa de *A ordem do discurso* a enunciados que não têm forma escrita, mas oral, mostrando como sistemas de condicionantes ou espaços de possíveis são criados, de modo diferente, pelas situações de enunciação”.

Uma nota explícita que sai da análise deste objeto mediático e também do enquadramento visado na descrição linguística funcional (ou comunicacional, a partir da Pragmática linguística e tal como contribui para a AD) diz respeito à sintonia entre a função genérica reclamada pelos média e a perspectiva teórica. Ambas se querem atuantes, no que são relativamente aparentadas. Gostaria de pensar que qualquer análise pragmática, digamo-lo em termos mais breves, de produtos dos média procede necessariamente por via de objetos que são trabalhados, sofisticados, ou mais literalmente, editados, numa instância de produção complexa, o que há que não obliterar na análise.

Assim, se frequentemente há que salvaguardar como uma dada notícia não é muito mais que um comunicado oriundo de quem o quer ver retransmitido, no caso vertente, traços da personalidade pública do cronista, *formações* e referências indicadas ou ativadas, bem como competências retóricas diferenciadoras contribuem para que, por um lado, a mesma instância de produção seja densa, ou multifacetada, ainda que de um só sujeito; por outro lado, concorrem para que os sentidos sejam relativamente estáveis, previsíveis na indagação da atualidade. I.e., estamos à espera de que *Sinais* vigie e faça notar iniquidades sociais, nas suas diferentes e quotidianas

manifestações. Disso são exemplo as mais estritamente judiciais e jornalísticas, que une o facto de serem públicas, donde perscrutáveis, como nas crónicas de 20 e 24 de novembro: “O que o olhar dela PEDE mereceria uma diligência institucional (...) mas o que este olhar pede é de outra ordem: tem a evidência das tatuagens que transportam o mais poderoso ADN”.

É de “A tatuagem” o excerto e produz um enunciado paradoxal, se atomizado predicativamente. O facto de o luto a fazer de um marido proceder por via da reclamação do corpo, legalmente retido noutra país, não autorizaria a expressão de património genético, pois que a relação conjugal é de outra natureza. Contudo, a indicação prévia de que as autoridades judiciárias não libertavam o corpo descrito como tendo tatuado os nomes dos três filhos em comum, permite compreender que o olhar, metonímia de mulher e esposa, está, de facto, simbolicamente por mãe. Assim é que se fala, congruentemente, de uma mulher cuja reclamação é a de enterrar o pai dos filhos. A superação do paradoxo tem uma via interpretativa adicional em vincar como a dor extrema se impõe como pulsão, tão resolutamente quanto algo da ordem do biológico ou instintivo, portanto, ainda do inscrito no ADN. Ponto fundamental é que a frase corresponde aos segundos finais da crónica em que a relação afetiva e de co-parentalidade vinha construída como não contemporizando com entraves legais – “a lei fria” –, perante a qual se declara uma resignação estéril.

É de polissemias lexicais como esta que os textos do autor se fazem, no que se vinca a criação de sentidos novos, dependentes da enunciação em curso, tal como um ouvinte a pode ir surpreendendo. Assim é que está em causa o exercício pleno de como a faculdade discursiva reclama a relação entre palavras e coisas de algum modo, naturalizada, o que se questiona, desmonta, ou faz ruir. O meio para tal é, ainda, a própria linguagem exercida como interrogação. De facto, a citação final da crónica procede à interrogação, pergunta que contém a perplexidade de como é que uma inscrição facial de mágoa não se torna tão evidente quanto desencadeie, “diligente”, a libertação de entraves legais de um corpo, posto que a descrição das suas tatuagens está pela filiação partilhada. O ato configurado é da ordem da exortação, como exemplo de ato diretivo, impelindo à conformação futura de estados de coisas da realidade aos descritos linguisticamente. No caso, a ação necessária é judicial, o que motiva o uso não referencial, mas comum, ou mais indiferenciado, do adjetivo acima copiado. Este emprego impróprio de “diligência institucional” é auto-outorgado pelo cronista de tal maneira que a sua aceção muito própria de herança genética, ou ADN, é decisiva e deve ser interpretada também nos limites da significação aí

construída. A analogia é a de que o olhar tanto mereceria ação da esfera competente quanto o que pede foi captado na sua imagem de modo a que a súplica seja percebida por um qualquer outro sujeito. Os conteúdos estão apenas justapostos, a interpretação tem que ser conseguida ao nível de texto, que não ao nível literal, o que muito frequentemente é pedido pelos enunciados finais de crônica.

Os textos breves das crônicas também se deixam analisar por recursos mais formais, ou itens linguísticos de análise, que não a construção de sentido na ausência de marcação já apontada, no que se instanciava a elipse retórica (interfrásica).

A seguinte estrutura exemplificativa vem notada com os limites de unidade prosódica porque é um traço de entoação muito frequentemente depreensível no *corpus*. Está incompleta como frase porque visa atestar unidades prosódicas que o locutor discrimina⁵ (“tone units” coincidentes com marcadores discursivos, aqui a locução conjuncional de oração subordinada concessiva, que é uma longa unidade prosódica homóloga à antes constituída pela conjunção causal):

[Porque] [ainda que exultando no esconso vão eletrônico quem interroga o vulto nem sequer esquivo que a tua câmara persegue]

Tematicamente, a crônica “Talvez possas, entretanto, pousar a câmara”, de 24 de novembro, visa referencialmente dar conta da voragem jornalística na cobertura de diligências que não são ainda imediatamente compreensíveis, no que pedem alguma contenção ou dilação de notícia de evento.

Na medida em que as instâncias que perfazem a república são vigiadas⁶, momentos há em que não simplesmente as suas alocações, leis ou decisões são comentadas, respetivamente, portanto, do político, judicial e deliberativo, nas esferas de atuação que o jornalista vigia. O excerto seguinte expõe uma estratégia subjacente ao dito, que é da ordem de aparentar propor apenas para que fique estabelecida a inconsequência das palavras,

⁵ Ver nota de rodapé 4.

⁶ É o poder de colocação no espaço público o que os profissionais dos média têm, no que está a sua função política: Segundo Rancière, é de fato o desentendimento – em contraposição ao mal entendido e à incompreensão como perturbações reparáveis da compreensão (Coupland et al., 1991) – que orienta a interlocução política e que a diferencia da troca contratual, mesmo que violenta, entre parceiros constituídos como pares: “Os casos de desentendimento são aqueles em que a disputa sobre o que significa falar constitui a própria racionalidade da situação de fala. Os interlocutores compreendem e não compreendem a mesma coisa a partir das mesmas palavras. (1995b, p. 13) (...) Segundo esse mesmo autor, o desenvolvimento como racionalidade do político tem como pressuposto o princípio democrático da igualdade de qualquer um em relação a qualquer um – em contraposição à igualdade das partes constituídas como tal pela ordem política estabelecida – princípio esse colocado sob a forma do litígio: “A disputa não diz respeito a uma maior transparência ou opacidade dos conteúdos de linguagem. Ela diz respeito à consideração dos seres falantes enquanto falantes” Signorini (p. 160).

relativamente aos atos. Assim, o paralelo é o de uma efetiva discussão de assuntos, prefigurada em “A vergonha na cara” [crónica de 21 de novembro]:

“Mas a ágora tem necessidade de escutar vozes como a sua, não para que as faces se encham ainda mais de rubor ou as vestes se rasguem, mas para que outras vozes ripostem e se perceba nesse confronto a bondade de todos os pontos de vista”.

No excerto acima citado da crónica de 21 de novembro, o autor acusa a postura publicitada de um vice-presidente de partido, porque ela foi difundida para o exterior. Fica exposto como houve lugar a uma tomada pública de oposição a proponentes internos sem que a discussão se travasse. Aventa-se que tenha sido para que não houvesse discussão:

“o que eu queria mesmo ter já hoje nesta ou noutra rádio ou num qualquer canal de televisão era alguém (...) debatendo com um dos mais destacados proponentes do seu partido o teor e os fundamentos desta proposta, não para medir o grau de rubor na face de ambos, ainda que me viesse à lembrança a tese de Bernard Shaw segundo a qual um homem é tanto mais respeitável quanto mais numerosas forem as coisas de que se envergonha”.

Após a estrutura clivada, a predicação negativa poderia ser tida como incompleta (caso em que o par correlativo seria “não para (...) mas para”). Contudo, tal defetividade não tem materialidade na prosódia discursiva. I.e., a frase não está truncada. Assim, a compreensão dos conteúdos codificados equivale ao apelo à discussão pública de pontos de vista aparentemente divergentes oriundos do mesmo sector. O propósito desta nova publicitação de ideias seria o de honrar a discussão, na falta do que é o estatuto dos porta-vozes o que fica em xeque. Uma paráfrase consecutiva explicitaria como o debate público seria tal que ficaria patente a respeitabilidade de cada um. A implicitação pragmática é a de que não chegou a haver lugar a um tal debate. Assim, a preterição retórica (“não para que (...) ainda que (...)”) é inferida, estando o recurso ao nível da prosódia semântica, atrás apontada. A negação é, portanto, polémica relativa ao enunciado posto antes pelo mesmo locutor e vem a revelar-se tautológica: seria desejável discussão para que houvesse discussão. Procurando a forma discursiva na ordem do entimema, teríamos que se a honorabilidade se mede pelo de que um homem se envergonha, então haveria que haver discussão, ainda que posições fossem nela expressas de forma a que diversos sentimentos ficassem expressos (vergonha incluída).

Ainda dentre as temáticas com que o autor se compromete, são expostas noções de cultura como faculdade universal de pensamento:

“Sustenta que a cultura seja a cultura de uma pessoa ou a cultura de um povo é a sua capacidade de pensar. ‘Eu não posso ser culto em literatura alemã mas ignorante como uma cabra em tantas outras coisas’, diz Magris. A cultura é a capacidade crítica de julgar e de julgar-se, de não over em si mesmo o centro do mundo, de conseguir relacionar-se. Magris toma café em Trieste como os notáveis de Serpa comem pão e queijo em Paris”.

Illocucionariamente o ato é indireto: o elogio ao cante alentejano procede por via da autenticidade de outras práticas culturais, como a antropologicamente basilar comida. I. e., advoga património cultural, designadamente mais imaterial, pela associação de cidades, que vai no título, “Paris, Serpa, Trieste”. Fá-lo mais enfaticamente ao promover a analogia entre o que tem o filósofo a definir de cultura no ambiente europeu, no espaço social intelectual, e o que têm os coros alentejanos a fazer ouvir, que é, então, da mesma natureza.

O todo de ideias percebidas em recorte apenas temporal em “Sinais” é, ainda, uma voz a fazer-se ouvir no espaço mediático, tal como pode ser percebido e valorizado a partir das letras e humanidades, pois diversifica a apresentação de exemplos de vida comunitária e participação, no que aplica e atualiza a cultura que nos é dado viver e partilhar no espaço português. Uma diversidade de pessoas, testemunhos e factos, crivados por uma perspetiva pública exigente, preveem difusões mais seletivas quer porque os recursos entonacionais estão investidos quer porque há implicações que amplificam, para lá da forma breve, sentidos construídos a partir do que é necessariamente fugaz e próprio ao meio da rádio.

REFERÊNCIAS

- Cheng, W. & Lam, P. (2013). Prosody in discourse. In J. P. Gee & M. Handford (Eds.), *The Routledge handbook of discourse analysis* (pp.271-284). London / New York: Routledge.
- Foucault, M. (1971). *L'ordre du discours* (Vol. 7). Paris: Gallimard.
- Gee, J. P. & Handford, M. (Eds.). (2013). *The Routledge handbook of discourse analysis*. Routledge.
- Maingueneau, D. (2005). *Gênese dos discursos*. Curitiba: Criar Edições.

Wodak, R. & Chilton, P. (Eds.) (2005). *A new agenda in (critical) discourse analysis: theory, methodology and interdisciplinarity* (Vol. 13). Amsterdão: John Benjamins Publishing.